

Uma ‘igrejinha’ decide o Orçamento da União

RAIMUNDO COSTA E
ALDO RENATO/AE

O deputado baiano João Alves (PFL), relator geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, conseguiu um feito notável durante a apreciação e votação do Orçamento Geral da União para o próximo ano, uma fábula de Cr\$ 52,6 trilhões, a preços médios de 1991: ele emplacou nada menos do que 1.258 emendas de sua autoria, quase 10% do total de emendas (aproximadamente 15.200) apresentadas pelos parlamentares ao projeto original do governo.

O fato só não surpreendeu aos próprios deputados e senadores, que nas conversas reservadas se habituaram a identificar na Comissão de Orçamento uma “igrejinha” dominada há anos por um restrito grupo de parlamentares, nordestinos em sua grande maioria, do qual fazem parte, além de João Alves, os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), José Luis Maia (PDS-PI), Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), Israel Pinheiro Filho (PRS-MG) e um representante do governador Orestes Quêrcia, o deputado Manoel Moreira (PMDB).

Cadeira cativa

“É uma espécie de cartório incrustado há anos na Comissão Mista de Orçamento”, afirma um deputado ligado a um grupo de cerca de 30 parlamentares, de partidos diferentes, que propõe uma ampla reforma administrativa e política da Câmara, a partir do próximo ano, que atinja sobretudo a Comissão de Orçamento. Para se ter uma idéia do poder que esse grupo de deputados concentra em suas mãos, basta lembrar que mais de 80% das emendas aprovadas destinam verbas públicas para o Nordeste, principalmente a Bahia (terra de Genebaldo), Maranhão (do presidente da Comissão, Cid Carvalho) e Pernambuco (de José Carlos Vasconcelos, relator do capítulo referente ao setor de transportes).

Segundo o jornalista e deputado Antônio Brito (PMDB-RS), um dos integrantes do grupo que deseja reformar a Câmara, a reorganização da Comissão Mista do Orçamento é necessária para se assegurar a

Um festival de distribuição de verbas

No ano passado, o relator da Comissão de Orçamento era outro baiano, Eraldo Tinoco(PFL), que ainda faz parte da comissão, além de Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), José Luis Maia (PDS-PI), Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), Israel Pinheiro Filho (PRS-MG) e um dos “braços direitos” do governador Orestes Quêrcia, deputado Manoel Moreira (PMDB-SP). O fato de a Bahia ter sido privilegiada no projeto de orçamento aprovado pelo Congresso não quer dizer que as 1.258 emendas emplacadas por João Alves sejam exclusivamente de interesse baiano.

A pedido do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, o deputado João Alves “adotou” o projeto de implantação do metrô de Brasília, que nem projeto tem ainda. Alves destinou para o metrô Cr\$ 5,6 bilhões a preços médios de 1991. Já o deputado José Carlos Bacelar (PMDB-BA) conseguiu outros Cr\$ 5,6 bilhões para a construção de uma agência da Caixa Econômica Federal em Salvador. Se não fosse o protesto do PT e de outras lideranças, Bacelar aprovaria Cr\$ 16,8 bilhões.

A preocupação social da comissão não poupou nem os projetos de assentamento de trabalhadores rurais. A Bahia recebeu Cr\$ 8,9 bilhões, enquanto o Pará, um Estado com maiores problemas de disputas de terras, ficou com Cr\$ 2,2 bilhões. As obras de recuperação de erosões no município de Açailândia(MA) também receberam bem mais dinheiro do que os assentamentos no Pará — ou seja, Cr\$ 2,8 bilhões. O autor da emenda: deputado José Sarney Filho(PFL-MA), que nunca foi visto na Comissão Mista de Orçamento.

A.R./AE

renovação de pelo menos um terço de sua composição, anualmente, além do efetivo rodizio entre senadores e deputados nos principais cargos de direção: a presidência e a função de relator geral do projeto deOrçamento. Além disso, o grupo, formado por deputados de tendências diversas como José Genoino (PT-

SP) e Konder reis (PFL-SC), pretende que as demais comissões técnicas da Câmara participem da avaliação da proposta de Orçamento. Tudo isso para reduzir o poder hoje restrito aos 84 integrantes da comissão e, mais ainda, dos nove integrantes da “igrejinha”.

Para o deputado Cid Carva-

lho (PMDB-CE), há dois anos na presidência da comissão, a questão não é tão simples assim. É importante, em sua opinião, que os integrantes sejam permanentes, pois a análise do orçamento requer especialização e dedicação quase exclusiva. “É um assunto muito técnico”, argumenta. O advogado e jornalis-

ta Cid Carvalho também não considera necessário o rodizio entre deputados e senadores no cargo de relator. Aliás, ele acha discutível a participação dos senadores na comissão: “Os senadores representam a Federação, os deputados a sociedade. O assunto é da sociedade”.

O atual relator do orçamento,

João Alves, está no cargo há apenas um ano, mas na comissão desde 1973. O “grupo dos nove” se move por fronteiras partidárias. É comum um deputado do PFL adotar a emenda de um companheiro do PMDB, e assim por diante. Quando alguém deixa um cargo importante é substituído por outro da “igrejinha”.